

## A fachada verde da exploração madeireira

### Os mitos da certificação madeireira e da 'vocação florestal' na Amazônia

Nicole Freris and Klemens Laschefski<sup>1</sup>

*A certifica o de madeira e o manejo florestal estão sendo promovidos pela indústria madeireira, pelos governos e pelas organiza es ambientalistas como um dos principais meios para proteger as florestas tropicais. Segundo Klemens Laschefski e Nicole Freris, essa estratégia é sustentada por mitos.*

"Você não precisa ser uma estrela de cinema para ser um herói de a o. Ajude a preservar as florestas do mundo. Procure e compre os produtos com o selo do FSC," declara Pierce Brosman, ator que interpreta James Bond, o agente 007. Esta propaganda do *Forest Stewardship Council - FSC* (Conselho de Manejo Florestal), amplamente veiculada na Europa, afirma ainda que "O FSC conta com o apoio ativo do WWF, Amigos da Terra, Greenpeace e o Woodland Trust".

Alguns leitores podem estar confusos. Durante anos, as organiza es ambientalistas fizeram campanhas contra a indústria de madeira tropical, considerada responsável pela devasta o dos remanescentes de florestas nativas do planeta. Os produtos de madeira tropical eram considerados um luxo desnecessário e, ao final dos anos 80, as ONGs lançaram uma campanha de boicote na Europa e nos Estados Unidos. A partir da , a consciência dos consumidores começou a falar mais alto, o que chegou a ocasionar perdas significativas para os importadores e vendedores de madeira tropical.<sup>2</sup>

Mais recentemente, contudo, observa-se uma virada profunda nesta tendência: o consumo, e não mais o boicote, transformou-se numa ferramenta central para o combate aos problemas ambientais. Aqueles que desejam contribuir para a preserva o das florestas tropicais são incentivados a comprar madeira tropical, porém, com a restri o de que o produto carregue o carimbo do FSC. Este novo foco das campanhas ambientais pode ser considerado como um sintoma de uma mudança significativa na metodologia, senão na ideologia, do movimento ambientalista - do 'radicalismo' ao 'pragmatismo'. O sucesso das campanhas anteriores resultou no convite para que ambientalistas participassem em mesas redondas com representantes dos grandes interesses econ micos e políticos. Gradativamente, uma crítica ao alicerce ideológico da atual crise sócio-ambiental foi sendo trocada pela busca de solu es t c-

nicas para problemas específicos, em colabora o com governantes e o setor industrial. Esta nova tendência tem sido celebrada por todos como um ambientalismo de resultados<sup>3</sup>. Aos poucos, a busca pela concilia o entre os diversos pontos de vista no âmbito da economia neoliberal tornou-se o desafio principal.

Desta maneira, a certifica o florestal, como um instrumento voluntário de mercado,   cada vez mais considerada uma ferramenta poderosa no contexto da globaliza o econ mica. Ela serve para estimular os produtores florestais a adotarem práticas de manejo "socialmente apropriadas, ambientalmente saudáveis e economicamente viáveis".

Assim, a idéia da certifica o florestal vem ganhando relevância em estratégias políticas para implementar o chamado "desenvolvimento sustentável" entre as várias institui es nacionais e internacionais, como o Banco Mundial, por exemplo. Conseqüentemente, o "manejo florestal" e a certifica o têm tido um papel crescente no planejamento regional, ou seja, no zoneamento econômico-ecológico da Amazônia, particularmente na cria o de FLONAS - Florestas Nacionais. As conseq ncias dessa política serão discutidos a seguir.



*A derruba „ecológicamente correta“ de árvores na Amazônia*

Foto: Laschefski, 2000.



certificação e falta de transparência, resultando numa aplicação frouxa dos princípios e critérios do FSC, estes últimos considerados os mais rigorosos do mundo. Além disso, a maioria dos casos investigados revela falhas naquilo que é tido como o maior diferencial do FSC: a participação de todos os interessados nas florestas, ou seja, o chamado "Stakeholder Process". A principal causa dos problemas é a estratégia de crescimento rápido do FSC, resultado da pressão do mercado e da competição entre vários outros esquemas de certificação.



Práticas silviculturais: anelamento da casca de árvores

Fotos: Laschefski, 2000.

Apesar disso, a certificação continua a ser promovida com entusiasmo por entidades ambientalistas de peso, ocupando até mesmo o coração da campanha do Greenpeace na Amazônia. Enquanto o grupo denuncia a exploração ilegal na região, tem procurado também alternativas aceitáveis para a indústria madeireira. Esta foi encontrada através da *Precious Woods Amazon* (PWA), empresa que recebeu a certificação do FSC em 1997.

Procedente da Suíça, a PWA foi fundada em 1994 com a finalidade de demonstrar que a exploração madeireira das florestas tropicais pode ser tanto sustentável como economicamente viável. O projeto é reconhecido como um dos melhores exemplos de manejo das florestas tropicais. Seguindo esse exemplo, a GETHAL, a maior madeireira estrangeira no estado do Amazonas, foi certificada em 2000. Após o sucesso com a GETHAL, o Greenpeace entrou em negociação com a WTK<sup>7</sup>, uma empresa da Malásia que igualmente possui uma história assustadora de abusos ambientais e sociais. Essa 'conversão' de madeireiras predatórias vem sendo celebrada com fervor quase evangélico pelos seguidores do FSC. Contudo, com o investimento maciço na exploração madeireira sob certificação e sua consequente expansão para as áreas de florestas nativas, é chegado o momento de refletir: se a certificação de florestas ameaçadas é a resposta, talvez tenhamos esquecido a pergunta inicial.

Que tipo de desenvolvimento para a Amazônia está sendo promovido pela certificação? Quem são os beneficiários desse modelo de desenvolvimento? Qual é o verdadeiro impacto desse tipo de manejo nas florestas nativas? Será que a compra de madeira tropical certificada realmente contribui para salvar o que resta das florestas tropicais do planeta? Tendo como referência as experiências da *Precious Woods Amazon* e da GETHAL, tais indagações serão analisadas através dos mitos freqüentemente surgidos na defesa da certificação das florestas tropicais.

### **Mito 1: A exploração madeireira, dentro dos critérios de certificação, tem um impacto mínimo nos ecossistemas da floresta.**

O sistema de exploração utilizado pela PWA exige um inventário de 100% das árvores e uma infra-estrutura de transporte cuidadosamente planejada, baseada em imagens de satélite. Dentro de uma área de manejo de 50.000 hectares, 2.700 ha (5,4 %) são desmatados para as estradas, trilhas de arraste e áreas de estocagem. A floresta 'manejada' é fragmentada por aproximadamente 400 km de estradas permanentes e mais 5.000 km de estradas secundárias, mantidas em condições melhores do que a maioria das estradas públicas<sup>8</sup>. Essas estradas permitem a entrada de caçadores ilegais, que já são difíceis de controlar pela empresa. Se, por algum motivo, a PWA decidisse abandonar suas atividades na área, as estradas ficariam abertas como um convite para colonos, fazendeiros e outras madeireiras executarem uma segunda fase de exploração predatória.

Além das áreas desmatadas para a infra-estrutura, o próprio manejo florestal, ou seja, o corte seletivo de árvores e as práticas da "silvicultura", resultam na abertura de aproximadamente 20% do dossel.<sup>9</sup> A silvicultura abrange medidas para estimular e controlar o crescimento das espécies de valor comercial. Isso significa que as árvores sem valor perto de espécies comerciais, atrapalhando o crescimento dessas últimas, são aneladas (um anel de casca é tirado de seu tronco) para que morram em pé. As folhas e ramos caindo das árvores mortas aumentam a disponibilidade de nutrientes no solo e da luz entrando pelo dossel, beneficiando, assim, as árvores de interesse pela empresa.

Contudo, a acumulação de matéria orgânica morta e seca pela entrada de mais luz na mata aumenta significativamente o perigo de incêndios. Além dis-

so, este tipo de manejo alterará profundamente a composição das espécies e, no longo prazo, transformará um ecossistema antigo numa floresta artificial de espécies comerciais com uma idade determinada pelos ciclos de exploração de 25 a 30 anos. As árvores aneladas não entram no plano de manejo e não são incluídas nos cálculos, ou seja, metros cúbicos de madeira explorados por hectare, e supervisionados pelo IBAMA

Os ambientalistas que participam do FSC mantêm a pressão para tornar os critérios cada vez mais rigorosos, principalmente através da redução do volume de madeira extraída por hectare. Entretanto, para as empresas certificadas ficarem economicamente viáveis, cotas de produção precisam ser mantidas. Por isso, quando não podem extrair o volume máximo da madeira, as madeireiras aumentam as áreas de exploração para obter a quantidade de matéria prima que a indústria demanda. Assim, uma certificação mais rígida, mesmo trazendo alguns benefícios ecológicos, resulta no avanço de uma nova fronteira de exploração madeireira, abrindo áreas de floresta cada vez mais remotas através da infra-estrutura instalada.

**Mito 2: Com a crescente demanda global por madeira, a "vocação florestal" da Amazônia é algo inevitável.**

A exploração industrial madeireira tem sido definida como inevitável pelos beneficiários políticos, econômicos, técnicos e acadêmicos do setor madeireiro. A engenharia florestal é considerada uma ciência que justifica a interferência nos ecossistemas florestais, representando agora a base da política florestal de institutos de pesquisa, ONGs ambientais e agências de financiamento internacionais. Contudo, engenheiros florestais são treinados principalmente para a produção madeireira, o que significa, na prática, a derruba de árvores. Assim, acabam sendo a justificativa técnica e científica para as atividades da indústria madeireira. A ótica da "vocação florestal" reduz os ecossistemas florestais complexos, dinâmicos, diversos, interdependentes e multifuncionais a uma única mercadoria: a madeira. Essa distorção tem seu forte reflexo na linguagem: falar hoje de 'Manejo Florestal' é dizer da exploração de madeira e não do manejo praticado por um povo indígena, ribeirinho, permaculturista ou seringueiro.

Um preocupante exemplo desse reducionismo é a nova política do Banco Mundial para a preservação



*Estradada de exploração madeireira no Projeto Democracia da GETHAL*

*Foto: Scharpf, 2003.*

e desenvolvimento das florestas nativas. Por mais de uma década, esta instituição manteve uma postura clara de não incentivar, direta ou indiretamente, a exploração madeireira nas florestas nativas. Contudo, com a consultoria do WWF essa política foi recentemente revertida. O Banco retomou suas ações em apoio à exploração florestal com base no esquema de certificação. Assim, transforma a indústria madeireira, antes considerada uma grande inimiga das florestas nativas, em sua salvadora.

Surpreendentemente, o Banco Mundial não justificou tal decisão com base numa análise cuidadosa das causas da destruição das florestas, mas sim como uma meta política anunciada em conjunto com o WWF, qual seja: atingir o alvo de 200 milhões de hectares de florestas certificadas até o ano de 2005<sup>10</sup>. Como reconhecem porém, tal meta não pode ser alcançada somente através das forças de mercado e, então, o Banco se propõe a financiar as empresas madeireiras. A instituição ainda utiliza a pobreza sofrida pelos povos da floresta como argumento para justificar essa nova política, quando na realidade são exatamente essas populações que sofrem os impactos negativos da concentração de terra, poder e degradação ambiental causadas pelas empresas madeireiras, certificadas ou não.

O Banco Mundial destaca que o desmatamento não diminuiu durante o período em que não financiou madeireiras. No entanto, uma questão permanece: como o novo engajamento "pro-ativo" do Banco, na forma de financiamento da exploração florestal, poderá contribuir para a diminuição do desmatamento? A leitura das novas diretrizes revela que o argumento da instituição insere-se no contexto das ilusões discutidas e detalhadas no Mito 3.

Além disso, a nova política do Banco Mundial propõe a demarcação de "zonas de uso sustentável" onde somente as empresas candidatas a certificação recebem concessões<sup>11</sup>. Neste sentido o IMAZON apresentou, já em 2000, uma proposta concreta para a criação das chamadas 'Florestas Nacionais' ou 'FLONAS'. Esta "forte intervenção do Estado" demonstra outra vez a fraqueza da idéia de que a valorização da floresta através da comercialização de madeira é ferramenta contra o desmatamento. As FLONAS deverão incorporar de 700.000 à 1,15 milhões de km<sup>2</sup>, ou seja, de 14% a 23% da floresta amazônica brasileira. Somente serão permitidas nessas áreas as atividades em concordância com princípios "internacionalmente reconhecidos", como os do FSC<sup>12</sup>. Dentro deste quadro, não surpreende que os parâmetros para a demarcação das FLONAS correspondam às necessidades do "manejo florestal" industrial descritas no Mito 1, enquanto os sistemas da produção dos ribeirinhos e dos povos indígenas são negligenciados.

Em contraste ao conceito ideológico atual da "vocaçã florestal", os sistemas de uso da terra pelos povos indígenas, ribeirinhos e povos tradicionais em geral, valorizam uma floresta intacta, que precisa ser preservada para continuar a render uma diversidade enorme de produtos e serviços. Representam uma eficiência e uma sustentabilidade que a indústria madeireira nunca conseguirá alcançar. O 'desenvolvimento sustentável' não requer a transformação de povos tradicionais em trabalhadores florestais, mas requer que pessoas com a intenção de criar economias sustentáveis para a região, aprendam a partir do vasto conhecimento dos povos da floresta e comecem a entender suas necessidades. Existe uma diversidade enorme de produtos não madeireiros que podem formar parte de economias justas e sustentáveis, incluindo castanhas, óleos essenciais, guaraná, plantas medicinais, babaçu, mel, artesanato, frutas e legumes com mercados já estabelecidos. A diversidade dessas alternativas cria menos dependência de monopólios econômicos e as vicissitudes dos mercados globais. Essas economias locais são de uma escala que facilmente supera o retorno econômico da indústria madeireira<sup>13</sup>. Se os investimentos dedicados ao 'manejo sustentado' de madeira fossem direcionados, por exemplo, à apicultura, o mel logo viraria a 'vocaçã' da região. Na verdade, não existem inevitabilidades para uma certa atividade na Amazônia.

Neste sentido, o Grupo de Trabalho Amazônico – GTA, uma rede de 513 organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais, propõe uma economia da floresta baseada em experiências dos

povos amazônicos, tais como seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, comunidades indígenas, quebradeiras de coco, pescadores artesanais e pequenos agricultores. Tendo em vista a visão de Chico Mendes, o GTA aborda o desafio da preservação ambiental através da justiça social. Era membro do FSC-Brasil, mas se retirou formalmente, porque não concorda como o foco do FSC na exploração madeireira em escala industrial.

Um exemplo para uma outra estratégia de desenvolvimento econômico mais adequada às necessidades dos povos da floresta é o programa de apoio do governo do Acre para os seringueiros. Em 2002 já foram vendidas 2 mil toneladas de borracha beneficiando 6 mil famílias<sup>14</sup>. Para assegurar uma demanda contínua, está prevista ainda para este ano a construção de uma usina para produzir camisinhas com borracha natural, fechando assim um círculo saudável entre produção, proteção e mercado.

Embora a população local utilize madeira na construção das casas, canoas, etc., a exploração madeireira geralmente não representa uma opção econômica para as comunidades. Contudo, estão surgindo iniciativas para estimular a exploração de madeira comunitária, tornando-a uma fonte de renda principal. A ITTO (sigla em inglês da Organização Mundial para o Comércio de Madeira Tropical) por exemplo, investiu mais de US\$3.000.000,00 num projeto para estimular o 'uso sustentável' na floresta estadual do Antimari, beneficiando 88 famílias, metade da população total da área. A base da economia das famílias era a seringa e castanha, produtos sendo explorados sem impactos à floresta natural em pé. Estima-se que ainda há um potencial de produção anual de 200 toneladas de borracha natural e 44 toneladas de Castanha do Pará na área<sup>15</sup>. Embora o projeto Antimari pretende de promover o uso múltiplo da floresta, o alvo principal visa a exploração madeireira, pois a ITTO é dominada pelos interesses do comércio internacional de madeira. As comunidades são somente interessantes enquanto fornecedoras de madeira após a aprendizagem do 'manejo florestal'. Neste contexto, a próxima etapa é a certificação de 66.168 hectares pelo FSC<sup>16</sup>.

Desta forma, ao apoiar projetos comunitários certificados, introduzindo a cultura da exploração madeireira, a ITTO encontrou um caminho para abastecer os mercados com madeira tropical, sem ser criticada pelos ambientalistas.

A ITTO justifica a exploração madeireira como desestímulo ao desmatamento, se baseando em pressupostos discutidos a seguir, no Mito 3. Contudo, se o problema é a agricultura não apropriada ao

ecossistema amazonico, basicamente o corte e a queima, seria mais eficiente abordar esta questão diretamente, através de reflorestamento e a introdução de técnicas de agricultura verdadeiramente sustentável, como a permacultura ou sistemas agroflorestais. Se a questão é a falta de alternativas econômicas, seria mais óbvio investir esses recursos para apoiar atividades econômicas que já estão no domínio da comunidade e são menos impactantes do que a exploração madeireira.

***Mito 3: A certificação pelo FSC incrementa o valor econômico das florestas "bem manejadas", desestimulando o desmatamento, como no caso do corte raso para a agricultura e a pecuária.***

O manejo florestal é considerado como alternativa ao desmatamento para fins agropecuários em áreas de Terra Firme, como por exemplo, em Paragominas. Tendo em vista esta idéia, o instituto IMAZON mostrou que a exploração madeireira planejada tem uma taxa interna de retorno de 33% por área manejada, em comparação com a criação de gado que apresenta uma taxa de apenas 8-14%<sup>17</sup>. Contudo, a verdadeira dinâmica que determina a utilização da terra faz com que o desmatamento para a agropecuária e o 'manejo' florestal funcionem como opções independentes e raramente 'concorrentes' enquanto alternativas.

Os fazendeiros, os proprietários e os latifundiários simplesmente não sentem a necessidade de incluir a 'percentagem de retorno' em relação à 'produtividade da terra' nos seus cálculos. A expansão da fronteira agrícola é impulsionada pelo acesso à terra barata. Além disso, os incentivos oferecidos pelo governo através do regulamento de impostos<sup>18</sup> cria lucro no curto prazo quando transforma floresta em pastagem, em vez de investir em outras formas de utilização. O poder político, que considera floresta como terra 'não produtiva', garante que os incentivos para a indústria agropecuária continuem a prevalecer. Tal predisposição é reforçada ainda mais pela concentração extrema de poder e riqueza. Para a elite, que detém o capital, não existe escassez de terra. Assim, a produtividade é um fator pouco relevante. Neste contexto, o FSC não apresenta incentivos para transformar os criadores de gado e os barões de soja em empreen-

dedores florestais, já que aqueles são os primeiros beneficiados pelos grandes programas para a expansão da infra-estrutura na Amazônia. O mercado de madeira sempre será um negócio secundário na dinâmica de transformação das florestas, gerando um lucro adicional através das árvores derrubadas e vendidas.

Entretanto, para entender melhor os processos de desmatamento, há que se analisar separadamente a agricultura no nível industrial, como a dos produtores de soja e outros grãos, e a economia 'boom bust' dos colonos atraídos por novos acessos às florestas, tais como estradas e hidrovias. Os primeiros se concentram no "arco do desmatamento", que é localizado na zona da transição entre o Cerrado e as florestas abertas nas bordas, ao leste e ao sul da Bacia Amazônica. Segundo o IMAZON, as condições climáticas na Amazônia central para a agricultura mecanizada, como no caso do cultivo da soja, são desfavoráveis por causa da alta umidade durante o ano todo e a falta de um período de seca para a safra<sup>19</sup>. Por isso, a ameaça principal nesta região apresenta-se como o segundo grupo, o dos colonos, cuja economia 'boom-bust' é baseada, de forma caótica, na exploração de madeira e na pecuária.

A tendência é de que as madeireiras certificadas tentem se estabelecer em áreas geograficamente distantes de ambas situações. São necessários enormes investimentos para a implementação de um sistema de manejo florestal como o da PWA, particularmente para o planejamento computadorizado, as máquinas e a infra-estrutura. Para garantir um retorno rápido do capital investido, empresas visando a certificação procuram áreas com árvores de alto valor comercial em florestas intactas. Na fron-



*Treinamento de engenheiros florestais*

*Foto: Laschefski, 2000.*

teira do desmatamento e em áreas onde o processo da colonização já começou, este tipo de manejo florestal seria ameaçado por exploração ilegal e incêndios acidentais<sup>20</sup>. Além disso, nestas zonas há especulação de terra descontrolada, resultando em preços altos. Tais fatores tornam pouco viável a aquisição de florestas nestas áreas de risco.

Longe das frentes de desmatamento, o manejo certificado está alterando profundamente a forma de ocupação e uso da floresta nativa, estabelecendo um novo estímulo para enfraquecer a proteção das florestas mais remotas e marginalizar as populações regionais. No caso da madeireira GETHAL, pode-se verificar que, na verdade, sua matéria-prima não vinha de áreas desmatadas para fins da agropecuária na Terra Firme. Antes da certificação, a GETHAL era abastecida por terceiros, sobretudo ribeirinhos. No sistema ribeirinho, as árvores eram derrubadas com práticas de baixo impacto nas várzeas. Como o arraste e o transporte das toras era feito na água, não era necessário construir uma rede de estradas florestais. Embora, após anos de exploração, algumas espécies comercializadas estejam ameaçadas de extinção, este sistema não tem nada a ver com o desmatamento para outros usos da terra<sup>21</sup>. Agora a GETHAL esta adquirindo cada vez mais floresta na Terra Firme para implementar sua própria produção de madeira, tornando-se, assim, um dos maiores latifundiários do estado.

Ironicamente, a infra-estrutura de transporte permanentemente implantada pela empresa para extrair as árvores faz com que a floresta fique aberta e vulnerável à entrada de colonos, ainda mais se a estrada de Manicoré a Manaus, que corta a área de manejo da GETHAL, for asfaltada. Isto seria conveniente para a empresa transportar as toras até Manaus, mas configura-se como um desastre para a floresta. Vale ressaltar também que as próprias madeireiras como ‘pólos de desenvolvimento industrial’ estimulam a migração de colonos. Assim, as atividades das madeireiras transformam-se no seu próprio risco econômico caso suas terras ou suas concessões não estejam protegidas.

Neste contexto, são preocupantes as propostas para o ‘desenvolvimento regional’ no âmbito do programa ‘Avança Brasil’, que visa a construção de infraestrutura nos chamados ‘eixos de desenvolvimento’ da Amazônia. Um dos projetos deste plano é o asfaltamento de 784 quilômetros da BR 163, que liga Cuiabá (MT) à Santarém (PA). A estrada corta um dos maiores centros da produção de soja no ‘arco de desmatamento’ e o coração da floresta amazônica. Em Santarém, a multinacional Cargill, atuando em vários setores do agronegócio, já concluiu um porto

gigantesco na beira do Rio Amazonas. Embora os estudos ambientais para a BR 163 não estejam concluídos, a especulação com as terras já começou, com resultados trágicos. Em julho de 2002 o sindicalista e produtor Bartolomeu Moraes da Silva foi brutalmente torturado e assassinado. Ele morreu por defender os direitos dos pequenos produtores que moram ao longo da então estrada de terra, contra os interesses dos grandes fazendeiros e madeireiros, recentemente atraídos com notícias do asfaltamento. Além das questões sociais, estima-se que essa obra resulte na devastação de 8 milhões de hectares de floresta.

Surpreendentemente, ao invés de questionar a lógica de projetos como a BR 163, os promotores do FSC percebem nela uma oportunidade de promover o ‘manejo florestal sustentado’. Essa atividade deveria ser conduzida nas FLONAS (ver Mito 2), demarcadas na beira da estrada. A idéia é fundamentada na esperança de que o manejo sustentado funcione como uma ‘barreira’ eficaz contra a ocupação desordenada da Amazônia, ao lado dos ‘eixos de desenvolvimento’, assim garantindo a proteção da floresta.

Estes planos para a ‘adequação’ da natureza aos planos de ‘desenvolvimento’ não levam em consideração dois processos. Primeiro, é simplesmente esquecida a destruição dos ecossistemas nas zonas marginais da bacia Amazônica, no ‘arco de desmatamento’, sendo ocupadas pela agroindústria de grande escala. Segundo, não apresenta solução para os colonos que aproveitam naturalmente estradas asfaltadas interligando os centros urbanos, na busca de uma vida melhor. Esses serão marginalizados por um sistema industrial de exploração florestal mecanizada, que oferece pouco emprego e necessita capital para os investimentos necessários ao planejamento e à tecnologia. Assim, a maioria dos colonos continuará com práticas predatórias por falta de opção, mesmo nas FLONAS. Além disso, como já foi dito, as próprias estradas florestais na área de manejo facilitam a entrada não controlada dos migrantes. Cabe lembrar que o lado fraco das políticas públicas no Brasil sempre foi o controle e a fiscalização, tanto dos colonos quanto das próprias madeireiras. Todas essas alterações aumentam significativamente o risco de fogo nas florestas fragmentadas e enfraquecidas.

Fearnside e Lawrence (2002) opinam sobre esse tipo de ambientalismo: ‘Iniciativas que se oponham a destruição da floresta sempre são bem-vindas, como planos para a criação e proteção das reservas. Entretanto a maioria dos índices aponta em outro sentido; o de que a construção de novas vias de acesso

servirá como impulso para processos destrutivos, muitos deles fora do controle do governo.” O preço de mais 8 milhões de floresta é grande demais para comprovar mais um pressuposto errado na defesa da certificação. Vale lembrar que nenhum desses projetos é inevitável. Assim, o casamento entre o fatalismo e o pragmatismo está se tornando uma das principais ameaças para a Amazônia.

Dessa forma, o discurso sobre a agropecuária e o manejo florestal como alternativas econômicas opostas revela-se ilusório. Na verdade, o conceito de zonas de desenvolvimento sustentável ou das FLONAS, em combinação com a ideologia da “vocação florestal” e a certificação, representa uma “fachada verde” para o avanço da fronteira de exploração industrial madeireira nas últimas florestas pristinas do planeta.

**Mito 4: A exploração madeireira por empresas certificadas estimula a economia regional, oferece oportunidades de emprego e representa uma alternativa ao desmatamento pelo uso tradicional da terra.**

A indústria madeireira exacerba uma economia imprevisível e não sustentável. Nas épocas de expansão intensificam a migração urbana, atraindo pessoas do meio rural para as cidades na procura de emprego nas serrarias. Crises econômicas e de produção são comuns, em consequência das mudanças nas demandas, multas, controle pelas agências governamentais, boicotes e problemas de fornecimento de madeira por causa de escassez e dificuldades de transporte. Além de estimular o crescimento da população urbana, as crises aumentam o desemprego. O fato de que a infra-estrutura de produção, os recursos políticos, acadêmicos e a mão de obra sejam desenvolvidos de forma a estritamente servir a indústria madeireira, dificulta a diversificação da produção na criação de economias mais robustas e sustentáveis.

A PWA está estabelecida em Itacoatiara, o pólo madeireiro principal do estado do Amazonas, a 200 km de Manaus. A empresa, então chamada Mil Madei-

reira, chegou na década de 90, durante uma fase em que a indústria madeireira estava em baixa. Desta forma, não foi difícil encontrar trabalhadores desempregados já morando na cidade. A criação de 300 empregos pela empresa certamente foi bem-vinda, mas não mudou significativamente a crise de desemprego. Contudo, sua presença ajudou a manter a dependência da economia local em relação ao capital estrangeiro e mercados globais instáveis. Essa economia precária também se manifesta na própria empresa, cuja área de manejo em Itacoatiara não garante o retorno requerido para demonstrar viabilidade econômica. Procurando uma área maior de floresta nativa intacta, com uma concentração maior de espécies de árvores de alto valor, a Precious Woods adquiriu uma área de 179.000 hectares de floresta no estado vizinho do Pará. Caso a empresa transferisse as suas atividades para o Pará, ela deixaria a economia de Itacoatiara num estado tão precário quanto da época de sua instalação no município.

Sem dúvida, em comparação a outras empresas madeireiras, a PWA oferece melhores condições de emprego, salário, segurança e encoraja a organização dos trabalhadores em sindicatos, criando pressão para que as outras madeireiras sigam esse exemplo. Contudo, o salário de um trabalhador da empresa ainda era somente 20 reais acima do salário mínimo de 151 Real em índices de 2000<sup>22</sup>, insuficiente para sustentar uma família. Considerando seu poder de compra quando o salário mínimo foi introduzido há 60 anos atrás, este deveria ser em torno de R\$ 489<sup>23</sup>.

O impacto ambiental indireto da PWA pode ser avaliado comparando seu papel como empregador em relação ao uso da terra pela população local. Segundo a tabela abaixo, a exploração madeireira oferece pouco emprego na área em comparação com outros usos da terra.

Os números para a exploração intensiva na tabela referem-se às madeireiras pouco mecanizadas. Nos casos da GETHAL e da PWA, que usam tecnologia moderna, os números chegam a 541 e 641 hectares/emprego diretamente envolvidos no setor da explo-

**Emprego em relação a área (hectares/pessoa empregada) de atividades econômicas extensivas e intensivas (estudo de caso de Paragominas, Pará)**

	EXPLORAÇÃO MADEIREIRA*		PECUÁRIA		AGRICULTURA FAMILIAR	
	Extensivo	Intensivo	Extensivo	Intensivo	Extensivo	Intensivo
	Ciclo de corte de 90 anos	Ciclo de corte 30 anos	Pasto não reformado	Pasto reformado	Corte e queima	Culturas perenes
ha/empr.	540	154	29	29	16	1,4

\* Exploração madeireira analisada sem investimento em terras e sem processamento da madeira em serrarias.

ração madeireira<sup>24</sup>. Em comparação a esses números, os ribeirinhos na região de Itacoatiara utilizam somente em média 50 hectares/família para o extrativismo. Desmatem menos de 5 hectares para plantar os alimentos básicos em rotação<sup>25</sup>. Porém, a PWA transforma 2.700 hectares dentro da área manejada em infra-estrutura de transporte, equivalente a uma área requerida para subsistência de 540 famílias tradicionais. Visto de um outro ângulo, a PWA emprega 300 pessoas em uma área de 61.000 ha<sup>26</sup>. Assim, para resolver o problema de aproximadamente 10.000 trabalhadores sem emprego em Itacoatiara, 2.030.000 hectares de floresta primária precisariam ser transformados para a exploração madeireira. Podemos imaginar a área necessária para resolver o problema do desemprego em Manaus!

Mal sobrevivendo com o salário pago, muitas famílias de trabalhadores ainda têm sítios para plantar, aumentando efetivamente a terra consumida pelas atividades industriais da PWA. Além disso, a cada dia, 300 trabalhadores se alimentam na cantina da empresa, fornecida pelas fazendas da região. O impacto desse tipo de consumo urbano se manifesta na faixa crescente de desmatamento às margens da estrada entre Itacoatiara e Manaus, algo claramente demonstrado na imagem de satélite.

O exemplo da madeireira GETHAL comprova como mesmo empresas certificadas pelo FSC acabam destruindo a utilização tradicional dos recursos da floresta pelas populações regionais. Dentro da área de 40.000 ha de manejo da GETHAL na região do Rio Madeira moram mais de 1.500 ribeirinhos distribuídos em sete comunidades. Muitas dessas famílias estão há décadas nesta terra e continuam a viver da agricultura, da pesca e do extrativismo de castanha e borracha, sem causar danos significativos à floresta. A alta sustentabilidade ambiental dos sistemas de uso da terra se reflete no fato de que a floresta, mesmo sendo explorada pelos moradores, ainda tem um alto valor econômico do ponto de vista florestal. Mas em contraste ao GETHAL, a maioria desses moradores, não tem título as suas terras.

Após a chegada da GETHAL, como um "novo patrão", a população foi proibida de praticar as atividades de subsistência<sup>27</sup> sem a permissão da empresa, sobretudo a colheita de castanhas. A comunidade, com o apoio da igreja local, tem denunciado essa injustiça<sup>28</sup>. Recentemente chegaram a um acordo com a empresa: as comunidades podem colher a castanha, mas somente se venderem toda sua coleta à própria GETHAL, o que representa um aumento de dependência e controle por parte da empresa. Além disso, há queixas de que a construção das estradas florestais e a proibição temporária de entrar

nos compartimentos sendo explorados tem dificultado o acesso às castanheiras, além de criar dificuldades para a caça. Consequentemente, enquanto a empresa criou somente 90 novos empregos na região, os 1.500 ribeirinhos que viviam da colheita de produtos da floresta estão enfrentando um futuro incerto. O mais provável é que, migrando para as cidades próximas, eles farão parte da população crescente de desempregados urbanos.

Ao invés de estabelecer uma nova relação com as populações regionais que dependem da floresta oferecendo preços adequados e treinamento para evitar danos ambientais e atividades ilegais, o novo regime da certificação GETHAL simplesmente deixa de comprar madeira dos ribeirinhos, acabando com essa pequena fonte de renda. Nos anos de 1992/93, na região de Lábrea, no rio Purus, foram 2.052 ribeirinhos envolvidos na retirada de madeira<sup>29</sup>, que viraram uma fonte de renda adicional depois da queda dos preços para as castanhas do Pará e da borracha, entre outros. Uma pesquisa no Amapá<sup>30</sup> mostrou que a renda das famílias rurais, anteriormente envolvidas na exploração madeireira nas várzeas, poderia ser muito maior do que a de um empregado salarial nas madeireiras certificadas quando a produção de madeira é integrada de forma complementar ao uso múltiplo tradicional das florestas secundárias. Contudo, a exploração de madeira é considerada pelos ribeirinhos como uma atividade suja e perigosa, somente praticada quando absolutamente necessária. Mas a "vocação florestal" baseada num manejo florestal mecanizado tende a marginalizar a população tradicional tanto pelas restrições ao uso das terras quanto pela interrupção dos seus vínculos comerciais, em vez de melhorar suas condições de vida.

Com respeito à certificação, o caso da GETHAL mostra que a participação da população local no chamado "*Stakeholder Process*", obrigatório para obter o certificado, não foi realizado apropriadamente. A empresa comprou as terras sem avisar a população. Além disso, entrou em disputa com a FUNAI para explorar uma área de um povo indígena, os Mura, alegando que "... o manejo florestal é tido como positivo para o ecossistema. Acreditam que a legislação possa permitir o manejo em Terras Indígenas"<sup>31</sup>.

Assim, a certificação no ano de 2000 aconteceu num clima de conflitos sociais. Somente recentemente foram conduzidas tentativas de melhorar as relações com a população local, com a ajuda da ONG Pró-Natura, financiada pelo Banco Mundial, porque a empresa não tinha condições para esse investimento exigido pelo certificador. Enquanto a GETHAL e a PWA, ambas com sedes nos EUA e na Europa,

receberam apoio financeiro através do Banco Mundial e demais instituições de "desenvolvimento" para obter a certificação e divulgar o conceito do "manejo florestal"<sup>32</sup>, faltam recursos para fortalecer a economia da população local. A maioria dos ribeirinhos sempre foi ligada aos mercados mundiais, como na época do ciclo da borracha. Hoje, é necessário apoiar estas economias para que os ribeirinhos se libertem da semi-escravidão, oprimidos pelos seus patrões, entre eles, as madeireiras. Além disso, precisam assistência técnica no processamento, no controle de qualidade e na comercialização dos seus produtos florestais não-madeireiros<sup>33</sup>. Certamente, nesse campo, a certificação faria mais sentido do que o benefício para uma elite de empresas multinacionais.

***Mito 5: As empresas certificadas são comprometidas com a transparência total e por isso evitam a exploração ilegal.***

No contexto do caos e da ilegalidade da indústria madeireira no Brasil, a intenção da certificação é oferecer os incentivos e as penalidades necessárias para as madeireiras se comportarem de forma correta. Por certo, as empresas certificadas não desejam correr o risco de perder os novos mercados "verdes" por uma associação às atividades ilegais. Contudo, quando a questão é o lucro no curto prazo, poucos empresários conseguem resistir. O caso da exportação de Acuariquara pela PWA é um bom exemplo disso. Acuariquara é uma espécie de madeira durável, mas sem mercados de escala na região. Uma demanda internacional por essa espécie foi criada quando o município de Rostock, na Alemanha, decidiu utilizar a aquariquara certificada para a construção no litoral alemão. O contrato foi celebrado como uma parceria transatlântica em defesa das florestas tropicais. Contudo, a PWA não tinha bastante acuariquara em sua área de manejo para responder a essa nova demanda. Para completar os pedidos, foi comprada madeira de terceiros, oriundas de áreas sem plano de manejo, através de uma empresa austríaca, MW Florestal. Tal fato criou confusão, pois não havia meios de identificar a acuariquara certificada da não-certificada chegando a Rostock<sup>34</sup>.

Na mesma época surgiu uma série de incidências de exploração ilegal de

aquariquara nos municípios vizinhos a Precious Woods. Em um caso, a autorização para realizar um pequeno lote de desmatamento numa área protegida pelo Código Florestal, Artigo 2, foi abusada para retirada de centenas de toras de aquariquara com equipamento e mão de obra da PWA, a então Mil Madeireira<sup>35</sup>. Em um outro episódio, o prefeito do município de Silves, onde é localizada uma grande parte das terras da PWA, denunciou, durante uma reunião promovida pelo próprio FSC, a retirada ilegal de Acuariquara<sup>36</sup>. Conquanto o envolvimento direto das empresas na exploração ilegal não pode ser comprovado, a simples notícia de novos mercados para Acuariquara foi suficiente para estimular e acelerar a exploração informal dessa espécie na região<sup>37</sup>. Isso mostra claramente como é difícil limitar o incentivo econômico para a exploração de uma nova espécie no mercado internacional numa área de plano de manejo de empresas certificadas.

A investigação dessas ocorrências não foi implementada pela iniciativa do FSC. Assim como em outros casos de certificados contestados, a denúncia e a investigação foram deixadas a cargo de pequenas organizações ambientalistas e indivíduos preocupados, sem apoio ou financiamento. Tal fato é um



*Exploração ilegal de Acuariquara*  
Fotos: Ana Claudia Jathay, 2000.

reflexo da constelação obscura de interesses representados dentro do FSC, onde entidades responsáveis por monitorar as empresas apresentam um grande investimento no sucesso e continuação desse modelo. O certificador, por seu lado, é pago pela empresa madeireira para exercer seu trabalho. Para as grandes entidades ambientalistas, como WWF, Greenpeace e Amigos da Terra, a certificação é a principal ferramenta para negociar com as empresas do setor, e ocupa o coração de suas campanhas de preservação florestal. Assim, com o forte e crescente investimento de todas as partes envolvidas nesse modelo de desenvolvimento, questionamentos e críticas não são bem-vindos.

Alem de tudo, a certificação voluntária visa estimular o melhoramento do planejamento da exploração madeireira com a expectativa de acesso facilitado aos mercados na Europa e nos EUA, considerados ambientalmente mais exigentes. Contudo, enquanto não se constituir como uma obrigação legal, ela funcionará somente na medida que garanta o lucro máximo para a madeireira. Caso a madeira certificada perca sua vantagem comercial, é bem provável que a empresa não aceitará mais os altos custos para manter o certificado e voltará a utilizar práticas predatórias<sup>38</sup> senão ilegais.

***Mito 6: A exploração seletiva de madeira aumenta a capacidade florestal para fixar carbono, reduzindo o efeito estufa.***

Na exploração seletiva de madeira, árvores são removidas estimulando o crescimento de outros indivíduos. Como resultado, a floresta fica em um estado permanente de renovação e, assim, o carbono oriundo de gases atmosféricos poluidores são fixados pelas árvores em crescimento. Com base nessa dinâmica, o manejo florestal em florestas nativas é considerado no combate ao efeito estufa responsável pelo aquecimento do planeta. Conforme esse argumento, florestas nativas intocadas têm menos potencial de fixar carbono e são menos eficientes no controle do clima que as florestas "manejadas"<sup>39</sup>. Contudo, esses efeitos dependem de duas condições: o tempo em que o carbono ficará fixado na madeira extraída, assim como a perenidade do manejo das florestas.

Uma rápida olhada no processo e utilização da madeira tropical demonstra que a maioria dos produtos finais tem uma vida útil limitada e raramente fixam



*Produção de carvão de resíduos da PWA*

*Foto: Laschefski 2000.*

carbono permanentemente. Aproximadamente 70% das toras que chegam às serrarias viram resíduos, enquanto somente 30% da madeira é utilizada na produção de pranchas serradas. Na produção de laminados e compensados o desperdício pode ser ainda maior. Os resíduos são queimados ou utilizados para a produção de carvão e, assim, imediatamente o carbono fixado na madeira é liberado na atmosfera. A transformação das pranchas, laminados e compensados em portas, paredes, pisos, móveis e outros produtos é acompanhada de novo desperdício, resultando adicionalmente na emissão de gás carbônico. Não há dados disponíveis sobre a longevidade desses produtos, mas é difícil que durem séculos ou até décadas como as árvores, das quais foram produzidos. Assim, a maior parte da madeira, queimada como lixo, será transformada em CO<sub>2</sub>, com exceção dos raros itens de arte ou outras peças guardadas em museus. Na balança também devem ser consideradas as fontes indiretas de CO<sub>2</sub>, resultando da própria atividade de exploração madeireira industrial, oriunda do consumo de energia na produção e uso das máquinas e demais equipamentos florestais, do sistema de transporte, entre outros.

Para que a teoria funcionasse na prática, toda essa produção deveria ser compensada pela recuperação de florestas manejadas, que precisariam ficar intactas para sempre. Contudo, como está descrito no Mito 1, o corte seletivo aumenta a vulnerabilidade das florestas ao fogo - uma das maiores fontes de produção de CO<sub>2</sub> no Brasil. Além disso, a infra-estrutura de transporte, estabelecida nas florestas manejadas, aumenta os riscos da colonização e do desmatamento para agropecuária, tornando a sobrevivência das florestas pouco provável.

**Mito 7: Muitos consumidores na Europa e nos Estados Unidos pagariam mais caro pelos produtos com um selo verde. Assim, a certificação é uma ferramenta essencial para garantir a preservação ambiental.**

O sucesso da rede de Grupos de Compradores do WWF, em que participam importantes comerciantes de madeira em nível global, criaram a impressão da existência de um grande mercado ecologicamente sensível. Essa miragem tem sido conveniente para os governantes e empresários, preocupados em encontrar soluções ecológicas sem questionar um dos alicerces mais importantes da atual crise ambiental - o consumismo ilimitado. A causa dos problemas sociais e ambientais agora virou a cura – vamos salvar o mundo fazendo compras!

A questão da certificação foi discutida em um grupo de trabalho da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em 1996<sup>40</sup>. Como boicotes são considerados incompatíveis com as regras da Organização Mundial do Comércio, a certificação foi aceita com três condicionantes: primeiramente, deve existir um mercado livre para todos os esquemas de certificação, o próprio mercado definindo qual é a melhor iniciativa. Em segundo lugar, não deve existir nenhuma ação política para diminuir o comércio de produtos não certificados. Em terceiro, a origem do produto não deve ser incluída no seu rótulo, para evitar a discriminação contra regiões específicas.

Em conseqüência, essas condições garantem que os mercados fiquem abertos para produtos vindos de uma exploração ilegal e predatória. Assim, a responsabilidade de combater o crime social e ambiental é transferida dos governos para os consumidores, agora enfrentando centenas de produtos com diferentes selos verdes, a maioria sendo simplesmente um resultado de propagandas enganosas. Entidades ambientalistas agora se engajam na defesa do FSC como o único selo confiável. Isso tem desviado a atenção, a energia e os recursos de ações políticas direcionadas às causas reais da destruição das florestas.

Enquanto isso, pesquisas indicam que mercados para ‘produtos verdes’ são bem limitados. Metade dos consumidores alemães presta atenção aos selos verdes, mas somente um terço pagará 5% a mais para compra-los<sup>41</sup>. Porém, o comportamento dos consumidores é notoriamente inconstante, por isso as estatísticas não refletem situações reais de vida, quando consumidores, mesmo sendo ecologicamente conscientes, mas economicamente limitados, optam por produtos mais baratos e não certificados.

A madeira tropical certificada, vendida a uma elite da classe média-alta com consciência ecológica, principalmente do primeiro mundo, exerce pouca influência na dinâmica global da indústria madeireira. No Brasil, cerca de 86% da madeira vinda da Amazônia legal é consumida nos mercados internos<sup>42</sup>. São esses mercados que ajudam a sustentar a exploração ilegal na região, estimada em 80%. Uma pesquisa sobre os produtos “verdes” mostrou que embora a aceitação pelos consumidores da classe média brasileira seja similar aos níveis encontrados na Alemanha, somente menos de 3% lembraram de ter comprado um produto com selo verde. Brasileiros de baixa renda não têm o luxo de escolher produtos certificados. Conseqüentemente, comentaram durante as entrevistas que a responsabilidade de garantir que produtos nos mercados sejam ecológica e socialmente justos deve ser do governo e não do consumidor<sup>43</sup>.

### **O que fazer?**

Muitas pessoas apoiaram o FSC na esperança de que atribuindo valor econômico a madeira tropical ajudariam a preservar as florestas nativas. Muitos pensaram que o FSC fortaleceria as populações locais, através de pequenas iniciativas comunitárias, oferecendo uma alternativa ao desmatamento. Na realidade, o FSC apoia maioritariamente a exploração industrial dos remanescentes das florestas nativas e, além disso, a expansão das monoculturas no mundo. De um total de 1.180.651 milhões hectares de áreas certificadas no Brasil atualmente, 70% abrangem plantações industriais e 30% das madeiras nas florestas nativas, (incluído 2% na Mata Atlântica). Somente 0,42% são dedicadas aos produtos não madeireiros (palmito e açaí) e menos de 0,09% ao manejo comunitário nas Reservas Extrativistas Chico Mendes e Porto Dias, ambas certificadas recentemente e celebradas como “prova” de que o FSC está cumprindo as suas promessas<sup>44</sup>. Não surpreende, contudo, que o certificado para as duas comunidades tenha sido conferido a produção de madeira, após um processo de treinamento e aprendizagem, ao invés de contemplar o sistema tradicional de uso múltiplo da floresta adaptado ao ecossistema.

Podemos concluir que a certificação tem um impacto insignificante no combate à exploração predatória nas florestas tropicais. Enquanto isso, o FSC está reabrindo mercados para madeira tropical na Europa e nos Estados Unidos que se fecharam nas campanhas de boicote da década de 90, criando confusão entre os consumidores esclarecidos e dificultando qualquer campanha de conscientização. A

certificação oferece uma alternativa de sobrevivência para as grandes madeireiras e atrai novos investimentos internacionais para a exploração das florestas tropicais. É evidente que mesmo o manejo florestal certificado causa impactos profundos nos ecossistemas tropicais. Estabelecendo a infra-estrutura de transporte em regiões cada vez mais remotas, empresas certificadas representam uma nova fronteira de exploração das florestas. Não há nenhuma indicação de que a valorização de florestas nativas através do manejo florestal contribui para a desace-



*Manejo florestal: o futuro para os povos amzonicos?*

*Foto: Scharpf, 2003.*

leração do desmatamento para fins da agropecuária. Ao contrário, empresas certificadas, por razões econômicas, procuram florestas em áreas distantes de zonas de fronteira, para evitar o risco de incêndio, invasões ilegais e outros problemas. Os benefícios sociais oferecidos pelas empresas certificadas são mínimos e os problemas com respeito à participação da população local não são resolvidos. Nessas circunstâncias, o consumo de madeira certificada simplesmente representa mais uma pressão adicional às florestas nativas e às populações tradicionais.

Sem dúvida, a certificação melhora o planejamento e controle da exploração madeireira. Os investimentos no FSC e a propaganda para a certificação de madeireiras está resultando no surgimento de uma nova cultura econômica, técnica e ambiental. Este pensamento é enquadrado num conceito ideológico da "vocação florestal" que continua a seguir a lógica da produção linear, reduzindo o complexo ecossistema florestal a um produto único, a madeira. Recursos financeiros e humanos estão sendo investidos em grande estilo na certificação de madeireiras - recursos que podem ser utilizados em formas mais eficientes para melhorar as condições econômicas e sociais de populações tradicionais, que já estão preservando e usando as florestas de forma sustentável há séculos. Porém, agora são planejadas no interior da Bacia Amazônica, bem distante do arco de desmatamento, as zonas de "uso sustentável". No pensamento da nova cultura madeireira, o "uso sustentável" torna-se equivalente a "manejo florestal" no nível industrial. Isso mostra que o Banco Mundial e demais instituições governamentais, assim como as organizações não-governamentais, estão implementando políticas públicas e uma estrutura institu-

cional para beneficiar principalmente o comércio de madeira internacional.

Neste contexto, os consumidores que compram madeira certificada pelo FSC, continuam a apoiar grandes multinacionais. Ao invés de comprar os mitos, pessoas e organizações que desejem contribuir para a preservação das florestas no mundo, podem melhor adotar as seguintes a es:

- ✓ Exigir o fim de todos os esquemas de certificação para a exploração de madeira em florestas nativas.
- ✓ Apoiar uma moratória na exploração industrial das remanentes de florestas nativas e comprar madeira oriunda de florestas secundárias ou de reflorestamento natural bem manejadas.
- ✓ Exigir a melhoria da fiscalização e a formulação de políticas públicas para os interesses da população local, e não para empresas multinacionais.
- ✓ Investir no manejo e reflorestamento com espécies nativas nas áreas já exploradas e degradadas no "arco de desmatamento".
- ✓ Apoiar projetos comunitários locais, da agricultura permanente (permacultura) e sistemas agroflorestais com base das experiências das populações locais.
- ✓ Apoiar iniciativas de comércio justo de produtos florestais não madeireiros, com uma ligação direta às comunidades locais.
- ✓ Participar de campanhas contra as verdadeiras causas do desmatamento, principalmente os projetos de infra-estrutura na Amazônia.

## Notas

- <sup>1</sup> Versão completamente revisada e atualizada do artigo: "Saving the wood from the trees", publicado no jornal "The Ecologist" Vol. 31, No 6, July/August 2001.  
Klemens Laschefski, Doutor em Geografia pela Universidade de Heidelberg, Alemanha, elaborou a sua tese de doutoramento sobre o "manejo florestal certificado" na Amazônia (ver referências bibliográficas).  
Nicole Freris trabalha com o desenvolvimento de alternativas econômicas para as populações indígenas na Amazônia.
- <sup>2</sup> BROCKMANN et al., 1996.
- <sup>3</sup> Para uma extensão desta crítica ver ZHOURI, A., 1998.
- <sup>4</sup> COUNSELL, S./ LORAAS, K. T. (Eds.), 2002.
- <sup>5</sup> O relatório inclui mais um estudo sobre empresas certificadas na Amazônia, destacando a proliferação de mosquitos e doenças como a Malária, além de problemas sociais (FANZERES 2002).
- <sup>6</sup> WRM 2002
- <sup>7</sup> Greenpeace, circular interno, Novembro 2000
- <sup>8</sup> ver calculo com base de números do Plano do Manejo da Empresa (ver PRECIOS WOODS 1996, e LASCHEFSKI, 2002, pag. 224 - 227).
- <sup>9</sup> ITTO et al., 2000.
- <sup>10</sup> ver WORLDBANK, 2002, pág. 43 -44. Cabe destacar que o Banco Mundial conta com um mercado livre entre várias iniciativas para a certificação, que se enquadram nos requerimentos mínimos estabelecidos pela instituição, enquanto o WWF e outros ONGs tentam apoiar o FSC para alcançar a soberania no mercado como a única iniciativa reconhecida pelas ONGs. Nesse sentido, o Greenpeace recentemente mandou uma carta para a nova Ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva, sugerindo que a certificação pelo FSC tem maior credibilidade do que a iniciativa do governo brasileiro, o programa CERFLOR.
- <sup>11</sup> O conceito de concessões é bem recebido pelo Ministério do Meio Ambiente brasileiro para enfrentar o processo da grilagem e a concentração das terras nas mãos de madeireiros na Amazônia, surgindo nos últimos anos. Contudo, este desenvolvimento foi acelerado justamente com a introdução do chamado "plano de manejo sustentado" na legislação nos anos 90, depois da chegada de Precious Woods/Mil Madeireira. O requerimento legal de apresentar planos de manejo permanente com um sistema rotativo de exploração, baseado no modelo da empresa, esta obrigando as madeireiras a comprar terras próprias (ver o caso da GETHAL no mito 2). Com o sistema das concessões, os órgãos públicos terão teoricamente a possibilidade de manter o controle sobre as florestas, mas na prática, como as empresas receberão o direito da exploração para 30 anos, não mudará muito no contexto local, particularmente com respeito as relações com as populações tradicionais (ver mito 4).
- <sup>12</sup> Referência bibliográfica: SCHNEIDER et al., 2000.
- <sup>13</sup> ver uma análise mais detalhada, baseada em dados da SUFRAMA 1999, em LASCHEFSKI, 2002, pag. 264 - 266.
- <sup>14</sup> Jornal A Tribuna, 18 de Janeiro de 2003: Borracha beneficia 6 mil famílias no Acre
- <sup>15</sup> Itaan Arruda Dias; Projeto Antimary é reconhecido como modelo acreano de desenvolvimento, 01/03/2003
- <sup>16</sup> Panorama ambiental Rio Branco, 19 de maio de 2003: Jorge Viana faz palestra sobre manejo no Panamá. [http://www.pick\_upau/INFORMATIVO/Jorge.htm],
- <sup>17</sup> VERISSIMO et al., 2000
- <sup>18</sup> Um exemplo é o Imposto Territorial Rural (ITR), que foi reduzido quando proprietários de terra na Amazônia aumentaram a produtividade agrícola. Até 1999 todos usos diferentes de florestas em pé não foram beneficiados por este. Ver GAZETA MERCANTIL, 17/03/99.
- <sup>19</sup> ver SCHNEIDER et al. 2000, pág. 5-17.
- <sup>20</sup> IPAM/ISA, 2000, pág. 10
- <sup>21</sup> Com respeito aos impactos de vários sistemas da exploração nas várzeas e na Terra Firme ver STONE 2000 e LASCHEFSKI 2002, pág. 235.
- <sup>22</sup> Entrevista com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Madeireira, Itacoatiara, Julho de 2000.
- <sup>23</sup> SANTA CRUZ, 2000
- <sup>24</sup> ver LASCHEFSKI, 2002, pág. 246. Os empregos na indústria madeireira não são incluídos, porque devem ser comparados com os empregos no processamento dos produtos oriundos do produção dos ribeirinhos (casas de farinha, produção de doces, sucos, entre outros).
- <sup>25</sup> Entrevista com B. Ribeiro dos Santos ASPAC (Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural), em Silves, e oficiais do IBAMA, em Itacoatiara, Julho de 2000.
- <sup>26</sup> O plano de manejo abrange a área de exploração madeireira de 50 000 hectares e áreas não exploradas de cerca de 11 000 hectares.
- <sup>27</sup> IPAAM, 2000.
- <sup>28</sup> Informação da Comissão Pastoral da Terra, Amazonas, Manaus.
- <sup>29</sup> HIGUCHI et al., 1994.
- <sup>30</sup> PINEDO-VASQUEZ et al. 2001.
- <sup>31</sup> CALVACANTE, 2000, S. 153.
- <sup>32</sup> a GETHAL recebeu USD 382 000 e a PWA USD 238 000 através do PROMANEJO, um subprograma do Programa Piloto para as florestas tropicais no Brasil (PPG 7), coordenado pelo Banco Mundial.
- <sup>33</sup> SMITH et al., 1998 analisaram esse assunto com respeito aos sistemas agroflorestais na Amazônia.
- <sup>34</sup> publicado no jornal alemão: OSTSEE-ZEITUNG, 11/08/1998.
- <sup>35</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIRIDO, 1998.
- <sup>36</sup> A CRITICA, 15/03/98.
- <sup>37</sup> oficiais do IBAMA confirmaram em Julho de 2000 a exploração de aquariquara entre Itacoatiara e Silves (Estrada de Várzea)
- <sup>38</sup> GAZETA MERCANTIL, 05-07/03/99.
- <sup>39</sup> ver HIGUCHI et al., 1997, pág. 6.
- <sup>40</sup> International Experts' Working Group Meeting, Bonn, 12-16 August 1996: "Trade, Labeling of Forest Products and Certification of Sustainable Forest Management"
- <sup>41</sup> BROCKMANN et al., 1996, pag. 30.
- <sup>42</sup> SMERALDI et al., 1999.
- <sup>43</sup> ver resultados de uma pesquisa em Belo Horizonte, Minas Gerais em LASCHEFSKI, 2002, pág. 279 - 312.
- <sup>44</sup> segundo estatísticas do FSC Brasil, [http://www.fsc.org.br], acessado no dia 10/01/2003.

## Referências

- A CRITICA (14/03/99): Selo verde chega à madeira tropical. pag. E-4.
- A CRITICA (15/03/98): Mil Madeireira faz exploração ilegal. pag. E2
- ALMEIDA, O./UHL C. (1995), "Developing a quantitative framework for sustainable resource-use planning in the Brazilian Amazon", *World Development* 23 (10). pag. 1745-64.
- BROCKMANN, K. L., J. HEMMELSKAMP & O. HOHMEYER (1996): Certified Tropical Timber and Consumer Behavior - The Impact of a Certification Scheme for Tropical Timber from Sustainable Forest Management on German Demand. Zentrum für Europäische Wirtschaftsforschung, Mannheim.
- CAVALCANTE, K. (2000): Caracterização do projeto extrativista madeireiro da empresa Gethal Amazonas S A - Indústria de Madeira Compensada. In: Diagnóstico socioeconômico do município de Manicoré. Manicoré AM.
- COUNSELL, S. (1999): Trickery or Truth - an Examination of the Effectiveness of the Forest Stewardship Council. The Rainforest Foundation, London.
- COUNSELL, S./ LORAAS, K. T. (eds.)(2002): Trading in Credibility: The Myth and the Reality of the Forest Stewardship Council. Rainforest Foundation UK. London.
- FANZERES, A. (2002): The Making and Unmaking of Forest Certification in the Brazilian Amazon: a Study on the Certification Process of two Logging Companies in the State of Pará. In: Counsell, S./ Loraas, K. T. (eds.)(2002): Trading in Credibility: The Myth and the Reality of the Forest Stewardship Council. Rainforest Foundation UK. London.
- FEARNSIDE, P. M./LAURENCE, W. F. (2002): O futuro da Amazônia: 'Os Impactos do Programa Avança Brasil'. In: *Ciencia Hoje*, Vol 31 No. 182. pag. 65.
- GAZETA MERCANTIL (05-07/03/99): Subsidiária da Vale perde o selo verde. pag. A-13.
- GAZETA MERCANTIL (08/03/99): Madeireiras devem exportar mais 20%. pag. B-20.
- GAZETA MERCANTIL (19/03/99): Selo verde é passaporte mundial. pag. 10.
- GAZETA MERCANTIL (17/03/99): O novo ITR e as florestas nativas. pag. 2.
- HIGUCHI, N. et al (1997): Projeto Bionte - Biomassa e nutrientes florestais. Relatório Final, Sumário Executivo, Manaus.
- HIGUCHI, N./A. C. HUMMEL/J. V. de FREITAS/J. R. MALINOWSKI/B. J. STOKES (1994): Exploração florestal nas várzeas do Estado do Amazonas: seleção de árvore, derrubada e transporte. UFPR/Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná. Anais do VII Seminário de Atualização sobre Sistemas de Colheitas de Madeira e Transporte Florestal. (03.-13.05.94).Curitiba.
- IPAAM (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas) (2000): Projeto de Gestão Ambiental Integrada -PGAI/AM - Relatório técnico das atividades realizadas no município de Manicoré/AM. Manaus.
- IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazonia)/ISA (Instituto Socio-Ambiental) (2000): Avança Brasil - Os Custos Ambientais para Amazônia. [<http://www.ipam.org.br>].
- ITTO/OIMT/FUNPAR/IBAMA (1999): "Disseminação de treinamento nas Diretrizes e Critérios da ITTO/OIMT, Fase II, Estagio 2, Projeto PD 30/95 Relatório de Assessoramento técnica à Empresas - Mil Madeireira Ita. Ltda, Documento 6/B, Curitiba, Setembro 1999.
- LASCHEFSKI, K. (2002): Nachhaltige Entwicklung durch Forstwirtschaft in Amazonien? Geographische Evaluierungen des Forest Stewardship Council. Universität Heidelberg (Tese de Doutorado). [<http://www.ub.uni-heidelberg.de/archiv/2975>].
- LASCHEFSKI, K./F. NICOLE (2002): Case Study 4: Precious Wood Amazon (PWA) and GETHAL. The Impact of Certified Logging in the Amazon Rainforest. In: Counsell, S./ Loraas, K. T. (Hrsg.): Trading in Credibility: The Myth and the Reality of the Forest Stewardship Council. Rainforest Foundation UK. London. [<http://www.rainforestfoundationuk.org/FSC/RFA4REPORTfull.pdf>]
- OSTSEE-ZEITUNG (11/08/1998): Amt kaufte Regenwald Holz zweiter Klasse. pag.13.
- PINEDO-VASQUEZ M./D. J. ZARIN et al. (2001): Post-Boom Logging in Amazonia. In: *Human Ecology* 29/2. Massachusets.
- PRECIOUS WOODS (1996): Plano de Manejo sustentado. (documento interno). Itacoatiara.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIRIDO (1998): Relatório pericial de constatação de dano ambiental. Extração de madeira no sitio "Boa Esperança", Comunidade Bom Futuro, margem direita do Rio Uatum", jusante da Cachoeira da Morena/Presidente Figueiredo - AM 25/06/1998.

- PRÓ NATURA/IIED/GTZ (2000): Barreiras á certificação florestal na Amazônia Brasileira - a importância dos custos.
- SANTA CRUZ, A. (2000): Mínimo não cria rombo, diz Pochmann. In: Folha de São Paulo, 23 de fevereiro de 2000.
- SCHNEIDER, R. R. /E. ARIMA/A. VERÕSSIMO/P. BARRETO/C. SOUZA Jr. (2000): Sustainable Amazon: limitations and opportunities for rural development. World bank and AMAZON. (Partnership Series 1). Brasília.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA MADEIRA DE ITACOATIARA (2000): Madeira ilegal, trabalho ilegal - Condições de trabalho na indústria madeireira no estado do Amazonas - Súmarío Executivo. Relatório para Greenpeace. Itacoatiara.
- SMARTWOOD, (1997): Forest Management Public Summary for Mil Madeireira Ltda., Certification Code: SW-FM/COC-19. Juni 1997. New York.
- SMARTWOOD, (2000): Forest Management Public Summary for Gethal Amazonas S.A.: Indústria de Madeira Compensada, Certification Code: SW-FM/COC-119. Oktober 2000. New York.
- SMERALDI, R./VERISSÍMO, A. (1999): Acer-tando o alvo - Consumo de madeira no mercado interno Brasileiro e promoção da certificação florestal, São Paulo.
- STONE, S. W. (2000): Tendências Econômicas da Indústria Madeireira no Estado do Pará. AMAZON. (Série Amazônia 17). Belem.
- SUFRAMA (Superintendencia da Zona Franca de Manaus) (1999): Potencialidades regionais. Manaus.
- VERISSIMO, A., /E. ARIMA & P. BARRETO (2000): A derrubada de mitos amazônicos. Folha de São Paulo, 28 de Maio de 2000, Folha Mais - Raízes do Brasil, pag. 27/28.
- WORLD BANK (2002): A Revised Forest Strategy for the World Bank Group. [<http://www.world-bank.org/forestry>]
- WRM -World Rainforest MOVEMENT (Coord.)(2002): Relatório de Avaliação da V&M Florestal Ltda. e da Plantar S.A. Reflorestamentos ambas certificadas pelo FSC - Forest Stewardship Council. Montevideo. [[www.wrm.org.uy/countries/Brazil/fsc.doc](http://www.wrm.org.uy/countries/Brazil/fsc.doc)].
- ZHOURI, A. (1998): Trees and People. An Anthropology of British Campaigners for the Amazon Rainforest. Department of Sociology. University of Essex.